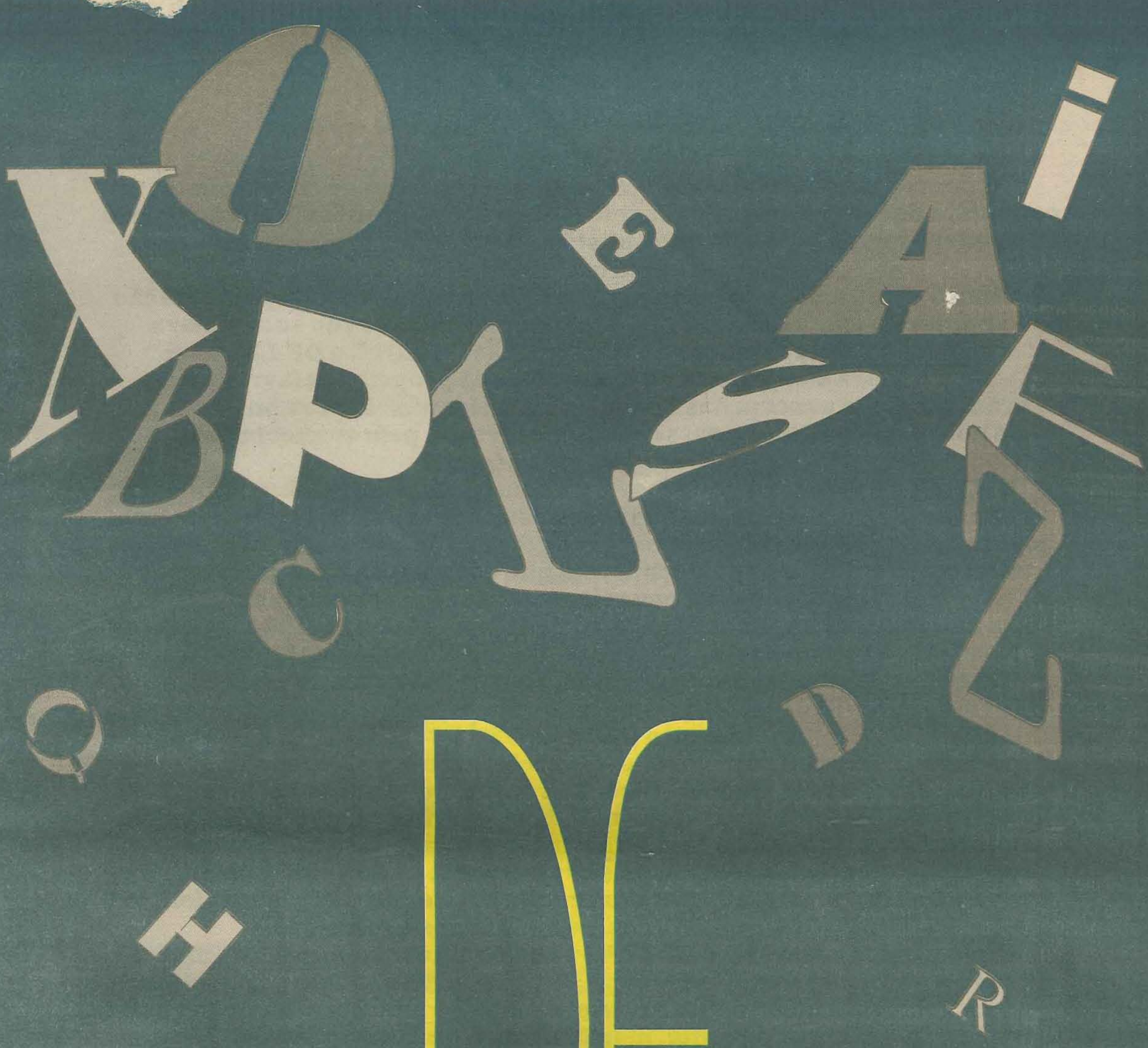


DF L · E · T · R · A · S

ANO I - Nº 1 Brasília, novembro de 1992

SUPLEMENTO CULTURAL DO

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

dor e de feridas nojentas, o fundo da cozinha e lá a odiosa porta verde iluminada de ofuscante luz cintilante, porta que se escancarava e novamente se fechava violentamente nos quícios e gonzos enferrujados.

Seria o vento? Seria um volume, uma pessoa, um animal que por ali entrara nesse momento? Senti o sangue fugir, a pele e os pelos arrepiar, uma secura na boca, tive ímpeto de afastar-me dali correndo apesar da fadiga, mas a razão acudiu-me em tempo. Afinal, não pretendia eu descrer de assombrações, de fantasmas, de alma penada ou não! Não costumava negar outro mundo, outra existência?!

Cautelosamente avancei para a casa, abri a porta cujo verde já não era tão cintilante, entrei na cozinha, segui pelo corredor e fui assentar-me na sala mobiliada com enfatuado gosto urbano, mais calmo, relaxado, momento em que na minha frente, no fim do extenso corredor, na porta que dava para fora, apareceu um vulto, longo espectro flutuante, silhueta recortada no retângulo claro da porta e para quem gritei aflitivamente:

— Quem é você, diga quem é você!

Aproximou-se o vulto que disse ser o irmão do vigia da casa, naquele tom indeciso que sabem assumir os roceiros. Era o irmão do vigia, tinha chegado naquele preciso instante e deixara a bicicleta ali na frente da casa, como se podia ver da sala. Chegara na roça onde capinava e tinha que ir imediatamente para a cidade, tomar o ônibus que passava àquela hora.

— Que horas tem o senhor aí no seu relógio?

Maquinalmente olhei meio estupefato o relógio e repondi.

— Tenho que ir já, — disse ele — Só quero que diga a meu irmão que a mãe lhe mandou dizer para não dormir sozinho aqui. É perigoso, é muito perigoso.

- Mas venha cá — pedi — Diga-me, você não estava ainda agora aí no quintal, não se aproximou de mim e entrou correndo na cozinha?

Um grande espanto, misto de medo e horror, estampou-se na cara do chegante que gaguejou, tossiu e enquanto se afastava ia afirmando que nunca estivera no quintal, que chegara naquele momento e que pela primeira vez na vida estava me vendo. Quando quis saber mais, vi-o na bicicleta, voando por entre o capinzal, rumo à cidade. Também nesse passo chegava minha mulher e os dois acompanhantes. A noite caia assim num repente e minha mulher pedia que partíssemos antes que tombasse a grande tribuzana com que nos ameaçavam as grossas e baixas nuvens que se esfiapavam pelas serras adjacentes como se fossem mortalhas penduradas, silentes e resignadas.

— Você vai ou fica? — perguntou minha mulher ao vigia.

— Vou, sim senhora — respondeu ele sem pestanejar. Minha mãe não gosta que a gente fique aqui sozinho, mesmo que seja de dia. É perigoso, é muito perigoso.

Novamente senti o corpo arrepiar. Eram as mesmas palavras ditas pelo irmão do vigia e que eu não lhe transmitira. Já dentro do automóvel, rolando rumo à cidade na paisagem neutra da noite que chegava e das chuvas que começavam, minha mulher ao meu lado virou-se para trás onde ia sentado o vigia e perguntou quem era esse tão famoso curador: — Seria curador de ausentes, seria curador de incapazes? Seria uma pessoa mandada pelo juiz?

— Não. Não senhora, é curador de coisa mal feita, ele sabia espantar os espíritos maus e os fantasmas. Alguns diziam que era feiticeiro e que matou muita gente e atirou naquela cisterna.

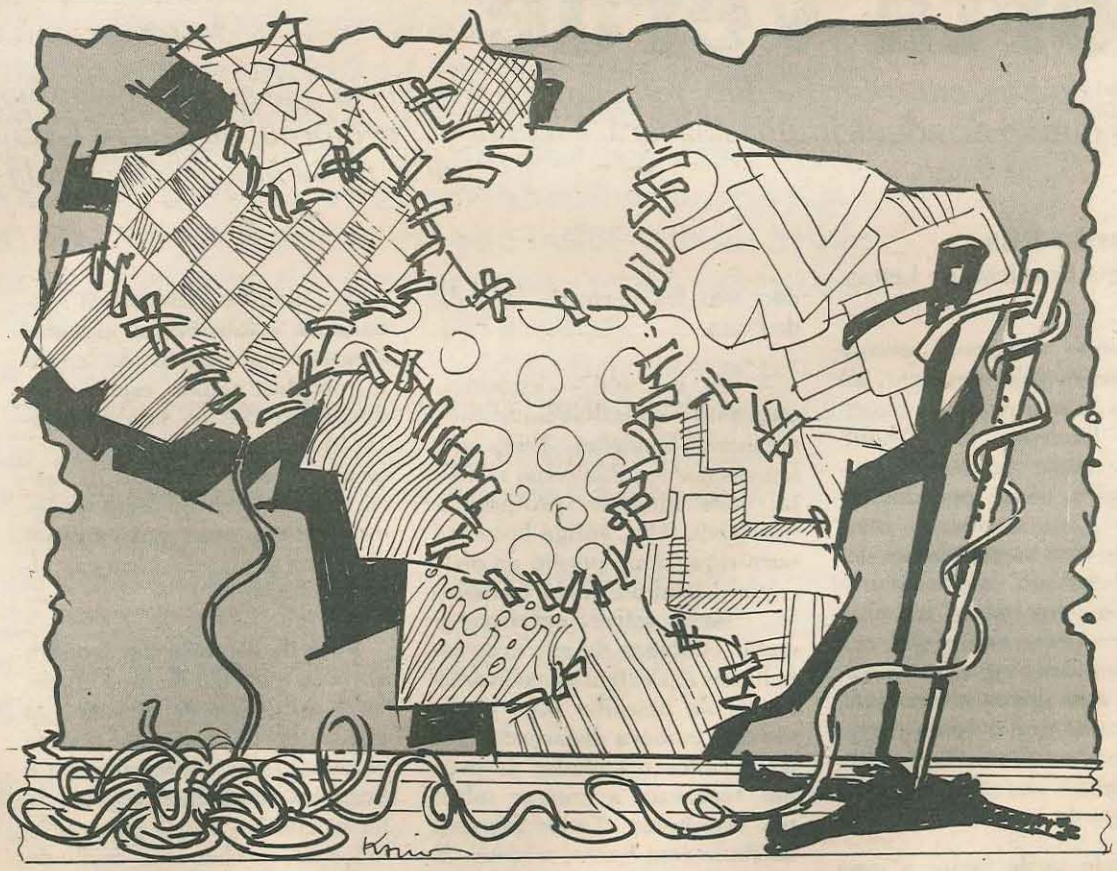
A chuva engrossou, com raios e trovões ininterruptos, a noite só deixou a faixa de luz que os faróis do carro projetavam e o guia terminou soturnamente: — Um dia o mataram também e também o jogaram naquele poço de boca tão grande.

No aconchego morno do quarto, entre lençóis e cobertores sensuais, ouvindo a melopéia da chuva que estalava nas pedras do calçamento, lá fora na rua, tendo ao meu lado a mulher que dorme sossegadamente seu profundo e silencioso sono de justo, entre um e outro cochilão preguiçoso, eu acabava de ler mais um conto terrível desse terrível mister E.W. Ghoul. E entre dormindo e acordado, mais para lá do que pra cá, uma idéia lerda me zumbia revoluteante na cabeça: teria existido a chácara do curador ou tudo não passava de reminiscências dos integrantes contos do Londrino distante!

** Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, 77 anos, é natural de Corumbá de Goiás e membro da Academia Brasileira de Letras.*
Endereço para correspondência: Rua C — 237
Nº 189 — Jardim América — Goiânia-GO.

A conquista do território

A "Marcha para o Oeste", foi uma criação do Estado Novo e da Era Varguista. Teve diversos ideólogos, entre os quais evidenciou-se Cassiano Ricardo. Neste artigo, a profª Elizabeth Cancelli contesta Ricardo e os mitos bandeirantes, entre eles o da miscigenação. Índias e africanas, à mercê do colonizador, teriam sido vítimas de uma sexualidade compulsória.



Elizabeth Cancelli
Universidade de Brasília

Gostaria, em primeiro lugar, de chamar a atenção para a grandeza que o tema da ocupação territorial ganhou para a formação do próprio Estado brasileiro. Não foi apenas uma matéria de acumulação de capital. Mas, antes de mais nada, e isto fica evidente no século XX, uma questão de demonstrar dois aspectos fundamentais: 1 — "naturalidade" da existência do Brasil como decorrência da ordem lógica das coisas do universo ou da própria existência divina; e 2 — a forma igualmente natural, e, portanto lógica e inquestionável, da ocupação territorial brasileira.

A utilização do termo conquista, que significa vencer, subjugar, submeter pela força das armas foi, por isso, constantemente encoberta através da construção de uma percepção que pretendia ressaltar esta aparência natural do avanço das fronteiras, da submissão dos povos, do advento da racionalidade da acumulação, do amor à prática e do temor a Deus.

A determinação em configurar uma ocupação territorial e não uma conquista certamente atingiu seu auge, no século XX, nos anos 30 e 40, porque, em função das próprias características do Estado Totalitário que se instaurava, estas idéias foram levadas à extrema radicalização. Foram massificadas através da propaganda sistemática e incansável, até que definitivamente incorporadas como verdades inquestionáveis.

Era criada a ilusão de que a conquista territorial total traria ao país a resposta de todos os problemas de natureza econômica e social.

Se a crise de abastecimento interno, movimentação e protesto dos sem-terra, greve de boias-frias, assassinatos no campo, emboscadas, violência urbana, escravidão em fazendas do Norte e Nordeste, protestos contra preços mínimos, subsídios agrícolas e devastação ambiental ganham as manchetes de jornais apenas nos anos 1960 e 70, a visão ilusionária de uma ocupação territorial sem conflitos, harmoniosa e socialmente democrática sempre escondeu a maneira excludente e violenta da incorporação de terras ao longo da história do Brasil. Pois foi justamente a partir dos anos 30 que este tipo de construção do discurso, que permitiu a ilusão, se intensificou.

A questão do fabricar de uma ilusão incluiu sempre a maneira como se deu a apropriação de riquezas no país. Seja ela através do acesso à terra, da utilização da mão-de-obra ou do poder de tomar decisões. Ora, fator fundamental para a acumulação de riquezas, a terra que no Brasil — país que teve o início de sua colonização e de sua conquista integrado ao esforço de acumulação primitiva e de expansão do capitalismo dos

países Europeus —, sempre foi propriedade para poucos e gerou, por isso mesmo, conflitos, tensões e mortes. Acabou por demarcar a história de uma conquista e ocupação territorial violenta, sanguinária, racista e excludente.

Já o início da colonização do território brasileiro se fez com a adoção de grandes extensões de terras doadas a exploradores particulares, com a disponibilidade de capital suficiente para produzir e comercializar mercadorias, expulsar os antigos ocupantes da terra e aprisionar mão-de-obra. Estes sesmeiros e suas plantations, instaladas nas costas do Brasil, foram a origem de um tipo de conquista territorial aceita e reproduzida como legítima, embora violenta, mas envolta sob o véu da cordialidade, da miscigenação voluntária das raças — como se as escravas e índias não tivessem sido obrigadas ao sexo com os portugueses — e das oportuniades pere-s de enriquecimento.

Uma conquista territorial que nos primeiros anos do século XX, com a abolição dos escravos e a existência de um número cada vez maior de imigrantes europeus, fez crescer o contingente populacional das cidades e do campo e o número de trabalhadores existentes nos interstícios das grandes propriedades. A população urbana despossuida, marginalizada e iniciando a por em prática métodos de revolta violenta colocou em evidência, como nunca antes, o problema econômico e social da marginalização e a pressão das classes despossuídas.

Sob a ótica de fazer crer a todos que o desígnio do Brasil era tornar-se grande e de resolver o problema das massas despossuídas e sem trabalho que pressionavam a política e os centros urbanos, teve início o planejamento global da criação de uma ilusão nacional para o deslocamento rumo ao país "inabitado", onde eram incluídos e começam os novos programas de ocupação e de colonização agrícola.

Cassiano Ricardo, espoente das letras nos anos 30, fazia parte de "um grupo selecionado de teóricos (que) operava diretamente junto ao ditador e cuidava da verdade doutrinária do regime". Segundo Lenharo, estas verdades eram calcadas "propositalmente na imagem da Nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização. O realizar da Nação, no caso, seria a Marcha para o Oeste.

Recuperar, assim, a imagem mitológica do bandeirantes que não "conquistou", mas que ocupou o país para torná-lo grande, foi tão importante e tão frequentemente utilizada. Cassiano Ricardo jogou-se neste projeto. Tratou de recuperar o mito do bandeirante, fazer dele um parâmetro de comportamento para toda a Nação, criar ilusões e publicar seu lendário livro "Marcha para Oeste", onde tentava eternizar as tão caras imagens que o regime pretendia construir.

Melhor do que ninguém, Ricardo recuperou no mito dos bandeirantes o dever de ocupação do Oeste do território brasileiro, com o argumento final de que era a resposta à necessidade natural e urgente do país expandir-se no sentido das la-tudes. Absolutamente solidário com a campanha de Marcha para o Oeste que o Estado Novo lançava em 1938, Cassiano postulava que a ocupação obedecia a "um processo deliberado, lógico e legítimo — aquilo que deveríamos chamar uma razão de estado geográfico e cultural".

Completamente absorvido por esta ótica, o poeta achava que o esforço tanto do velho quanto do novo bandeirante do século XX, este mesmo que o Estado Novo incentivava a ocupar o Centro-Oeste e a Amazônia, seria uma partilha de glórias, que, influenciado pelo "idealismo sentimental luso, embora antibandeirante, serviu para tornar o nosso pioneiro menos cruel que o espanhol".

A penetração territorial do conquistador, sob esta ótica e a do Estado, havia sido feita no sentido de responder às necessidades de formação de uma grande nação expontânea, cujas "necessidades" incluiam a defesa territorial garantida já pelos coloniais que haviam posto "para fora os intrusos flamengos". Com estas forças "foram os holandeses lançados fora de Pernambuco; com elas se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com ela foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro: com elas destruíram os paulistas as missões do Paraguai; fizeram passar os jesuitas com os índios das mesmas missões da outra parte do Uruguai e atacaram ao mesmo tempo os castelhanos intrusos na parte setentrional do Rio da Prata até os obrigarem a evacuar os domínios portugueses".

Seria neste Impeto de ocupação que nasceria, aos olhos de Cassiano Ricardo e do mito que aparece perpetuado na sociedade brasileira, "a sociedade típica do litoral, fortemente colorida de sangue africano, devido à mestiçagem desenfreada. Português e negro (teriam se misturado) numa democracia biológica incluindo os índios, em função da "união dos auropeus com as índias". A criação destas imagens de Cassiano dava-se apesar da longa e cruel escravidão brasileira e da dominação compulsória e aprisionamentos de índias e negras para atender aos desejos sexuais dos invasores. A aparência era a construção da ilusão de uma história de formas pacíficas de acasalamento biológico, fator gerador da suposta democracia racial brasileira e da sociedade perfeitamente harmônica.

Estas idéias estavam em consonância perfeita com a construção do ideário radical da Era Varguista, matizado por verdades que tentavam imputar a todos a existênica de um país uno e consolidado. Sem conflitos de raça, cor, credo ou língua.

Muito curiosas são, neste sentido, as observações de Ricardo para a existência desta miscigenação. Teria sido o açúcar, e não os homens, o reponsável por trazer "o negro em quantidade, pintando de África o litoral do país".

Por isso, e desta forma natural a conciliatória entre vários povos, "a marcha para Oeste se (fez) não só pela colonização, no dizer de Cassiano Ricardo, como pelo povoamento não raro desordenado. Em regra pela conquista, encabeçada por gente responsável e anônima".

Entende-se este empenho de Ricardo não só em considerar legítima e natural a posse de um espaço territorial que fora conquistado muito além do limite das Tordesilhas, mas ainda pela sua crença de que a "maior desgraça de uma nação é ser pequena" e de que "a alegria do espaço é um dos fundamentos de nossa bondade social. Este nosso apego à liberdade física de ir e vir, esta nossa riqueza de individualismo criador de riqueza e beleza explicam-se pela sensação de espaço que o Brasil nos dá e que é parte integrante de nossa alegria de viver".

As idéias de Cassiano Ricardo harmonizavam-se perfeitamente com o ideário que o Estado pós-30 tentava legitimar. Ricardo era um homem de seu tempo. Tempo de um mundo onde o capital transformou definitivamente todo o sentido das sociedades, impondo a disciplina e a glorificação do trabalho.

A construção do discurso de interiorização do país estava circunscrito ao paradigma primeiro do Estado: a negação explícita da luta de classes. Com ele, a pretenção de tornar ilegítima qualquer ação contrária à harmonia e aos desígnios da sociedade brasileira dirigidos pelo Estado.

Com a memória coletiva recheada da visão mítica acerca dos bandeirantes, Getúlio Vargas anuncia mùito bem o sentido da ocupação territorial brasileira, como se ela representasse um desígnio natural da história. Dizia o presidente que "se me perguntarem qual o programa do Estado Novo, eu vos direi que esse programa é cortar o país de estradas de ferro; de estradas de rodagem, de vias férreas; é desenvolver a sua exportação; é aparelhar as forças armadas, para que elas estejam sempre prontas a encarar todas as eventualidades da pátria; é organizar a opinião civil, para que ela seja, de corpo e alma, um só pensamento brasileiro".

Vargas constantemente enfatizava a necessidade da ocupação, lembrando seu discurso que anunciou o lançamento da campanha da Marcha para o Oeste, em 1938. Dizia que "Após a reforma de 10 de novembro de 1937, incluimos essa cruzada no programa do Estado Novo, dizendo que o verdadeiro sentido da brasilidade é o rumo ao Oeste. Para esclarecer a idéia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa de seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é sangue e carne do nosso corpo. Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. (...) Deste modo, o programa do "Rumo ao Oeste" é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirnates e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada sob os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vazios demográficos de nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. Não ambcionamos um palmo do território que não seja nosso, mas temos um expansionismo que é o de crescermos dentro de nossas próprias fronteiras".

Os anos 30 constituiam-se como determinantes para os planos e estratégias de conquista do hinterland brasileiro. Não era a primeira vez que o Estado intervinha social, política e economicamente no sentido de uma caminhada rumo à ocupação do país em sua latitude, mas foi nos anos 30 que esta ocupação começou a fazer parte do ideário, das diretrizes e da política do Estado de forma radical, lançando-se mão das técnicas modernas de convencimento. Foi sob o ponto de vista destas diretrizes o embasamento da ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia.

O Estado reservou para si as principais funções deste processo. A ocupação e a colonização se dão, primeiramente, através de sua ação direta, desde a organização da expedição Roncador — Xingú e posterior criação da Fundação Brasil Central (1943), até a implantação de núcleos coloniais. Criam-se órgãos burocráticos e um conjunto de leis que asseguraram ao Estado o monopólio de assentamento dos migrantes nacionais. Sob a controle do governo federal estaria toda a ocupação, a organização de núcleos coloniais, sua discipl na, dinâmica interna, tanto no que diz respeito à produção quanto à conduta social e moral dos novos agricultores.

Finalmente, a conquista do território, que varria as populações indígenas e os antigos ocupantes da terra e que delimitava novas fronteiras agrícolas, pensando os ocupantes como

"Os anos 30 constituíam-se como determinantes para os planos e estratégias de conquista do hinterland brasileiro. Não era a primeira vez que o estado intervinha social, política e economicamente no sentido de uma caminhada rumo à ocupação do País em sua latitude. Mas *foi nos anos 30 que esta ocupação começou a fazer parte do ideário, das diretrizes e da política do Estado de forma radical, lançando-se mão das técnicas modernas de convencimento. Sob o ponto de vista destas diretrizes embasou-se a ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia".*

entrave à sociedade e sua busca de realização do Brasil, tendia a concretizar-se de forma integral.

Na década de 50, foi dado às empresas particulares o direito de participarem do processo de colonização para a "ocupação" territorial. Através da compra de áreas ou da concessão da terra, sob a supervisão do Estado, os novos empreendimentos iniciam o processo de conquista do hinterland.

Decide-se pela construção de Brasília, em 1957, e a localização da capital garante, através da rede viária de integração nacional, o corredor migratório e de integração dos espaços "vazios". O início do auge da conquista, dar-se-ia, entretanto, pelo decreto nº 60.079, de 1967, que aprovou o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, onde há a insenção de Imposto de Renda para as novas indústrias e dedução de parte do imposto de renda a pessoas jurídicas, desde que sejam investimentos feitos em empreendimentos industriais, agrícolas, pecuários e de Serviços básicos. Enfim a "adoção de intensiva política de estímulos fiscais (...) implantação da infra-estrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades industriais agrícolas, pecuárias, comerciais e serviços básicos rentáveis".

A conquista era devastadora, tanto assim que o próprio Ministério da Agricultura divulgava, em 1968, o Relatório Figueiredo, que continha provas contra latifundiáros e agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e que confirmavam denúncias de que eles haviam usado "armas biológicas e convencionais" para exterminar tribos indígenas. Indicava-se a introdução deliberada de varíola, gripe, tuberculose e sarampo entre tribos da região do Mato Grosso, no período de 1957 a 1963. Além disso, os arquivos sugeriram ter havido a introdução consciente de tuberculose entre tribos do norte da Bacia Amazônia entre 1964 e 1965.

Sob a insistente campanha interna organizada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e que possuia o apelo radical ao nacionalismo e ao patriotismo é que, em junho de 1970, o governo Médici especificou o Programa de Integração Nacional (PIN) e determinou a construção imediata da Transamazônica e já Cuiabá-Santarém. Em 10 de setembro de 70 foi começada a Transamazônica. Segundo as próprias palavras do presidente Emílio G. Médici "Não é (ra) bastante considerar que o destino das gerações futuras depende daquilo que agora se fizer para arrancar do esquecimento, a que até agora se via relegada, essa região de proporções continentais".

O empreendimento, voltado para o Brasil Grande, possuia duas matizes: a conquista definitiva da Amazônia em detrimento de seus ocupantes históricos e a construção de uma imagem que deveria encobrir a realidade da violência, tortura, perseguição e morte sob as quais se envolveram os governos militares brasileiros do final da década de 60 e dos anos 70. Por isso mesmo, toda a nação deveria estar voltada para aquilo que os governos militares consideravam primordial, apesar de considerações como as do Relatório Figueiredo.

Não seria por acaso, anos mais tarde, o sucesso da utilização ilusória do DESÍGNIO NATURAL DA NAÇÃO empreendido pelo governo Médice nos anos 1970, quando se deu início à violenta odisséia da ditadura que ocupava a Amazônia e construia a Transamazônica. Estava concretizado mais um passo da conquista, sob a ótica da ilusão da harmonia, do vazio, do novo e do acreditar que toda a verdade residia sempre no futuro.

E, na concretização, a completa interiorização no país do mito do bandeirante a ser seguido pela Nação.

Notas

(1) Conf. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Rio de Janeiro, Ed. Delta, 1964.
(2) Uma construção que permitiu a odisséia da construção da Transamazônica nos anos 70.
(3) Lenharo, Alcyr, Sacralização da Política. Campinas, Ed. da Unicamp, Papirus, 1986.
(4) Idem, ibidem. pp 55 e 56.
(5) Ricardo também publicava sobre o tema na revista Cultura e Política do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).
(6) Ricardo, Cassiano. Marcha para Oeste. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956. Vol. I pág. IX.
(7) Idem, ibidem. p. XXXVI
(8) Idem, ibidem. p XXXVIII.
(9) idem, ibidem. p. 20.
(10) Idem, ibidem. p. 21.
(11) Idem, ibidem. p.21.
(12) Idem, ibidem. Citando Teófilo Ottoni. pág. 86.
(13) Idem, ibidem. p. Citando Teófilo Ottoni. p. 86.
(14) Vargas, Getúlio.As diretrizes da Nova Política no Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. V.5.
(15) Idem, ibidem.
(16) Conf. Cancelli, Elizabeth & Castro, M. Inês Malta. Planejamento e Racionalização, Revista da Universidade Federal do Matro Grosso. Vol. Set/Dez 1984.
(17) Idem, ibidem. Vide também; Cancelli, Elizabeth. Estratégia para o flagelo: o discurso da Marcha para o Oeste na Era Vargas (1938). Campinas, Unicamp, tese de mestrado, 1984.
(18) Lei nº 5 174, de 1967.
(19) Davis, Shelton. Vítimas do Milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
(20) Médici, Emílio G. O jogo da verdade, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970.
** A profª Elizabeth Cancelli é graduada em jornalismo pela UFRJ, mestre e Doutora em História pela Unicamp. Endereço para correspondência: Departamento de História, Universidade de Brasília — 70.910 Brasília-DF.*

Aula do último horário

Nesta "Lição de Anatomia" sobrereal, o poeta Alceu Brito Corrêa trabalha diversas onomatopéias, num texto denso e instigante.

Alceu Brito Corrêa
Sindicato dos Escritores do DF

"Temos aqui um caso raro de psicoparanamnése" — Explicou o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo aos seus três alunos do terceiro ano, mostrando o paciente, pacientemente examinado.

O aluno da esquerda observou: "Professor, nota-se que o paciente possui o ociptal esquerdo com uma curvatura subnormal... "...Realmente!" solidarizou-se o mestre de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo-" nota-se também que é careca" — no que deu um ligeiro volteio com a mão, tocando a moleira do paciente, o qual piscou, também, o olho esquerdo.

O aluno do meio em raro "in sight" observou isso. —"Professor, toca-se-lhe a moleira e o paciente pisca o olho esquerdo. Provavelmente tocando-se-lhe outras partes ele piscaria os dois olhos, ou somente um ou outro".

"Perfeito, perfeito! Eis uma experiência que poderemos por em prática rapidamente". Isso posto, passaram a dar-lhe pancadinhas nas partes mais variadas do corpo, ao que o paciente, pacientemente, piscava ora o esquerdo, ora o direito, ora os dois e, às vezes, ora nenhum. A cada acontecimento acompanhavam as exclamações de triunfo do aluno do meio e do professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo.

"Ora" — objetou o aluno da esquerda — "devemos investigar tal fato assaz importante para a ciência moderna. Acredito que o mundo possa aprimorar seus sistemas semafóricos depois destas nossas pesquisas. Sugiro ao ilustre mestre que aprofundemos nossos estudos analisando detalhadamente o cérebro do paciente".

"Muito bem, muito bem! tragam-me uma talhadeira e um martelo" — falou o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo.

"Para quê isso meu ilustre mestre, se podemos ver-lhe o cérebro através das fendas dos olhos. "— objetivou o aluno da direita.

Arrancaram-lhe os olhos, iluminaram-lhe as cavidades, cutucaram com os dedos as carnes do paciente. Nada acharam de anormal. Examinaram os olhos, passaram-nos de mão em mão, sem encontrarem algo que lhes dessem uma pista do o[illegible] procuravam.

O professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo, devolveu ao paciente os seus olhos, não antes de limpá-los cuidadosamente com seu lenço de bolso de paletó.Recolocou-os de tal modo que o aluno do meio pôde observar que agora o paciente dava mostras de não ter uma coordenação motora muito boa do eixo ocular, no que o professor de cavanhaque e pisca-pisca no olho esquerdo determinou:

"Esse paciente não nos serve, provavelmente estará tísico nessa palidez complacente do seu rosto". Dizendo isso saiu da sala piscando o olho do pisca-pisca, dando encerrada a aula de interrogatório, enquanto os alunos levavam o presunto para a desova.

**Alceu Brito Corrêa é contista e poeta, colaborador de coletâneas publicadas em Brasília e no Rio de Janeiro. Endereço para correspondência: Caixa Postal 09695 — 70.001 Brasília-DF.*